



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

| TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO | |
|--|--|
| Pregão Eletrônico N.º 095/2010 (Regido pela Lei Complementar 123/06, pela Lei 10.520/02, pelos Decretos 3.931/01, 5.450/05, 6.204/07 e subsidiariamente pelas Leis 8.078/90, Lei 8.666/93, 9.784/99 e suas alterações) | |
| Setor: | CLCON – Coordenadoria de Licitações e Contratos |
| Tipo: | Menor Preço |
| Objeto: | Registro de preços para futuras aquisições e ampliações de solução de armazenamento de dados. |
| SESSÃO PÚBLICA PARA FORMULAÇÃO DE LANCES | |
| Dia: | Consultar o portal www.comprasnet.gov.br |
| Hora: | Consultar o portal www.comprasnet.gov.br |
| Local: | www.comprasnet.gov.br |
| Local, dias e horários para leitura ou obtenção deste edital | |
| Dia: | Segunda a sexta-feira |
| Hora: | Das 12h às 18h |
| Local: | SAFS, quadra 8, lote 1, Bloco A, 3º andar, sala 333, Coordenadoria de Licitações e Contratos, CEP 70070-600, Brasília-DF |
| Custo do edital impresso: R \$ 0,15 (quinze centavos) por página | |

Acompanhe esta licitação e seus atos na internet nos portais
www.tst.jus.br e www.comprasnet.gov.br

Observação: o pregoeiro informa que os pedidos de esclarecimento e as impugnações referentes a este procedimento devem ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico via internet, para o endereço cpl@tst.jus.br, conforme o art. 19 do decreto n.º 5.450/05.

Retire o edital gratuitamente pelos portais
www.tst.jus.br e www.comprasnet.gov.br



1. Objeto da Licitação

- 1.1. O objeto deste certame é o registro de preços para futuras aquisições e ampliações de solução de armazenamento de dados, com garantia de trinta e seis meses, a serem utilizadas por todos os Tribunais integrantes da Justiça do Trabalho, conforme especificações na tabela abaixo, nos termos e condições constantes neste edital e seus anexos.

| GRUPO 1 - SOLUÇÃO DE ARMAZENAMENTO DE DADOS PARA INTEGRAÇÃO EM AMBIENTE SAN | | | | |
|---|--|---------|--------------------------|--------------------------------|
| Item | Especificação | Unidade | Quantidade para registro | Pedido mínimo por fornecimento |
| 1 | CONTROLADORA "DUAL" | UN | 25 | 1 |
| Código CATMAT: BR0095052 | | | | |
| 2 | RACK PARA UNIDADE DE ARMAZENAMENTO | UN | 25 | 1 |
| Código CATMAT: BR0111295 | | | | |
| 3 | GAVETA DE EXPANSÃO PARA UNIDADE DE ARMAZENAMENTO | UN | 200 | 1 |
| Código CATMAT: BR0022810 | | | | |
| 4 | DISCOS COM CAPACIDADE DE 450 GB FC 15.000 RPM | UN | 1.500 | 1 |
| Código CATMAT: BR0022810 | | | | |
| 5 | DISCOS SATA COM CAPACIDADE DE 1TB 7.500 RPM | UN | 1.500 | 1 |
| Código CATMAT: BR0022810 | | | | |

- 1.2. Os bens deverão ser entregues, acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas, nas sedes dos Tribunais integrantes da Justiça do Trabalho conforme tabela constante no Anexo II.
- 1.2.1. A solução fornecida deverá ser instalada nas dependências do Tribunal informado, deixando-a em pleno funcionamento, de acordo com as especificações dos fabricantes.
- 1.3. Os equipamentos deverão ser novos, instalados e configurados de tal forma que mantenha o perfeito funcionamento das redes envolvidas em tal processo.
- 1.4. Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os itens acessórios de *hardware* e *software* necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo cabos, fibras, conectores, interfaces, suportes, *drivers* de controle, programas de configuração etc.



- 1.5. Os equipamentos deverão estar acompanhados de sua documentação técnica completa e atualizada, contendo os manuais, guias de instalação e outros pertinentes.
 - 1.5.1. A documentação deverá ser fornecida em sua forma original, não sendo aceitas cópias de qualquer tipo.
- 1.6. Os equipamentos fornecidos devem manter total compatibilidade entre si, sendo que, quando fornecido por inteiro, deverá constituir uma solução de armazenamento única, completa e totalmente compatível.

2. Condições para Participação

- 2.1. Poderão participar deste pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos, que estiverem previamente credenciados perante a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, provedor do sistema eletrônico, cuja comunicação se dá pela Internet.
 - 2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha que poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF.
 - 2.1.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua inteira responsabilidade bem assim quaisquer transações efetuadas diretamente ou por seu representante, e não caberá ao provedor do sistema ou ao TST a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
 - 2.1.3. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
 - 2.1.4. O credenciamento perante o provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 2.2. Ficam impedidos de participar desta licitação os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo TST.



3. Credenciamento dos Representantes

- 3.1. O credenciamento do licitante bem assim a sua manutenção dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no § 2º do art. 3º do Decreto nº 5.450/05.
- 3.1.1. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão eletrônico credenciar-se no SICAF, conforme disposto no inciso I do art. 13 do Decreto 5.450/05.
- 3.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico e assumirá como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4. Forma de Apresentação da Proposta

- 4.1. As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, respeitados os prazos nele estipulados, e consignar nos campos apropriados do sistema o preço unitário para cada item integrante do grupo, expressos em reais, incluindo todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.
- 4.2. Os interessados deverão **cotar todos os itens do grupo**, sob pena de desclassificação.
- 4.3. No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” solicita-se que sejam incluídas todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto e, ainda, as seguintes informações relativas à proposta, cuja omissão e/ou contrariedade implica a aceitação dos prazos indicados:
- 4.3.1. Prazo de entrega dos produtos de, no máximo, sessenta dias, contados da data da assinatura do contrato;
- 4.3.2. Prazo de garantia e suporte técnico de, no mínimo, trinta e seis meses, contados a partir do recebimento definitivo da instalação e configuração do objeto deste edital;
- 4.3.3. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, noventa dias.
- 4.4. Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação, **que deixarem de cotar qualquer item do grupo**, ou as que desatendam às exigências deste edital.
- 4.5. Os licitantes devem encaminhar, no ato de envio de suas propostas, de forma virtual, utilizando a funcionalidade existente no sistema de pregão eletrônico, as seguintes declarações:
- 4.5.1. Inexistência de fato superveniente que o impeça de participar do certame;
- 4.5.2. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;



- 4.5.3. Concordância com as condições estabelecidas neste edital e que atende aos requisitos de habilitação;
- 4.5.4. Atendimento aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, no caso de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.
- 4.6. As referidas declarações somente poderão ser visualizadas e impressas a partir da fase de aceitação e habilitação, respectivamente, quando também poderão ser alteradas ou reenviadas pelos licitantes, por solicitação do pregoeiro.

5. Critério de Aceitabilidade dos Preços

- 5.1. Os preços deverão ser cotados em reais, com duas casas decimais, sob pena de serem truncados, e serão irrealizáveis até a data de assinatura da Ata de Registro de preços.
 - 5.1.1. Após a referida assinatura, os valores constantes da Ata de Registro de Preços admitem revisão, conforme disciplinado no item 15.1 deste edital.
- 5.2. Serão desclassificadas as propostas e lances que ofereçam preços excessivos ou inexequíveis.
 - 5.2.1. Somente poderá ser considerado excessivo qualquer preço após o encerramento da etapa de lances e, quando formulada contraproposta pelo Pregoeiro, após sua recusa ou no caso de omissão por parte do respectivo proponente.
 - 5.2.2. O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de três dias úteis contados da notificação.

6. Sessão Pública do Pregão Eletrônico

- 6.1. A sessão pública deste pregão eletrônico, conduzida pelo pregoeiro designado, ocorrerá em data e hora indicadas exclusivamente no sistema eletrônico e obedecerá ao rito estabelecido nos Decretos 5.450/05 e 6.204/07.
 - 6.1.1. Por força do disposto no art. 13, inciso IV do Decreto 5450/2005, os licitantes estão obrigados a acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.2. Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas cujos dados disponíveis revelem estar em desconformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.



- 6.2.1. O pregoeiro, ao abrir os itens para análise, abrirá o grupo e procederá a análise das propostas de cada item do grupo.
- 6.2.2. A desclassificação de um único item do grupo implicará a desclassificação da proposta para todo o grupo.
- 6.2.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento, em tempo real, por todos os participantes.
- 6.2.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta, durante a realização da Sessão Pública.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente somente as propostas classificadas pelo pregoeiro, as quais participarão da fase de lances.
- 6.4. O pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.5. Na fase de lances, a disputa será por item, embora a classificação final seja pelo valor global do grupo
 - 6.5.1. Não se recomenda concentrar o esforço de redução em apenas um, ou mesmo em um subconjunto de itens que integram o grupo, pois os demais, se incompatíveis com o respectivo valor estimado, podem levar à desclassificação da respectiva empresa proponente, nos termos do item 7.7.1.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema, e caso haja dois ou mais lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.7. A cada lance ofertado por item, o Sistema atualizará automaticamente o valor global do grupo.
- 6.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 6.9. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.
- 6.10. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, no fim do qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11. **A empresa que ofertar o menor valor global do grupo, será classificada em primeiro lugar pelo critério de Julgamento por Preço Global – Lote.**



- 6.12. No caso de desconexão do pregoeiro durante a etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.13. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.14. **Se estiverem participando do certame microempresas e empresas de pequeno porte, após verificação automática perante a Receita Federal do porte da empresa, será observada a disciplina estabelecida nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, regulamentados pelo art. 5º do Decreto 6.204/07.**

7. Julgamento das Propostas e Habilitação

- 7.1. Após o encerramento da fase de lances e da aplicação automática pelo Sistema COMPRASNET das regras de preferência para as microempresas e as empresas de pequeno porte, os licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida serão convocados para encaminhar a Declaração de Direito de Preferência – Anexo III.
- 7.1.1. Será assegurado o direito de preferência de que trata o art. 3º da Lei n.º 8.248/91, aos licitantes que declarem usufruir do benefício, observada a seguinte ordem, na forma do art. 5º do Decreto n.º 7.174/10:
- 7.1.1.1. Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;
- 7.1.1.2. Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e
- 7.1.1.3. Bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.
- 7.1.2. O pregoeiro irá solicitar, por meio do canal de comunicação - *chat*, o envio da Declaração de Direito de Preferência que deverá ser encaminhada utilizando-se a funcionalidade de “envio de anexos” existente no sistema de pregão eletrônico, no prazo de 20 minutos contados da solicitação.
- 7.1.2.1. Para não correrem o risco de perder a oportunidade de envio das Declarações, os licitantes já deverão deixar o referido documento pronto, em arquivo no formato PDF, para atenderem à convocação de imediato, dentro do prazo estabelecido.



- 7.1.3. Caso haja licitantes que se declarem portadores de um ou de dois certificados, aplicar-se-á a seguinte ordem de classificação, levando-se em consideração que as microempresas e as empresas de pequeno porte que tenham apresentado a Declaração, na forma do subitem 7.1.2, terão prioridade no exercício de preferência em relação às médias e grandes empresas:
- 7.1.3.1. 1º - Tecnologia no País + Processo Produtivo Básico + Micro e Pequena Empresas;
 - 7.1.3.2. 2º - Tecnologia no País + Processo Produtivo Básico;
 - 7.1.3.3. 3º - Tecnologia no País + Micro e Pequena Empresas;
 - 7.1.3.4. 4º - Tecnologia no País;
 - 7.1.3.5. 5º - Processo Produtivo Básico + Micro e Pequena Empresas;
 - 7.1.3.6. 6º - Processo Produtivo Básico.
- 7.2. Estabelecida, com base no subitem 7.1.3, a nova ordem de classificação, o pregoeiro convocará o licitante melhor classificado para exercer o direito de preferência, ou seja, ofertar nova proposta para igualar ou superar a melhor proposta válida.
- 7.3. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar e observará os seguintes requisitos:
- 7.3.1. A conformidade da proposta com as especificações do objeto;
 - 7.3.2. A compatibilidade do preço ofertado em relação ao estimado para registro
- 7.4. Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.
- 7.5. Serão recusadas propostas com o quantitativo inferior ao total previsto para registro.
- 7.6. As propostas que apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis serão desclassificadas.
- 7.6.1. Consideram-se preços manifestamente inexeqüíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.
 - 7.6.2. Se houver indícios de inexeqüibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas outras diligências.
- 7.7. O pregoeiro realizará a aceitação da proposta para o grupo, sendo impossível aceitar parte dos itens.**



- 7.7.1. O preço ofertado final de cada item que integra um grupo deve ser compatível com o valor estimado para a respectiva contratação.
- 7.8. **O pregoeiro, a seu critério e mediante notificação a ser efetuada por meio do canal de comunicação (*chat*) no decorrer da sessão, poderá solicitar ao participante melhor classificado a apresentação de documentos que identifiquem o produto cotado, como catálogos ilustrativos originais do fabricante, folders com fotos, manuais técnicos ou cópias fotostáticas legíveis, em língua portuguesa, nos quais constem especificações claras e detalhadas dos equipamentos.**
- 7.8.1. O licitante que não se dispuser a colaborar com as diligências preliminares, apresentar a documentação fora do prazo estabelecido ou apresentá-la em desacordo com as especificações será desclassificado e o licitante subsequente convocado.
- 7.8.2. A aceitação da proposta fica condicionada à aprovação dos documentos solicitados.
- 7.9. O pregoeiro poderá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso pelo sistema eletrônico, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, inadmissível negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 7.9.1. A negociação será realizada exclusivamente pelo canal de comunicação (*chat*) existente no sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.10. Em seguida, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.
- 7.11. Constatado o atendimento pleno das exigências contidas no edital, o proponente será declarado vencedor.
- 7.12. Se a proposta não for aceita ou se o licitante não atender às exigências habilitadoras, em descumprimento dos requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, o proponente será afastado do certame e o pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a obtenção de uma que atenda ao edital.
- 7.13. Será desconsiderada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital e em seus anexos.



- 7.14. O pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, poderá promover diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, e os licitantes deverão atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da intimação.
- 7.15. Se um dos licitantes estiver impedido de participar em licitações ou tiver sido declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, será afastado do certame sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 7.16. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos, nem sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.17. **As empresas vencedoras do certame somente deverão encaminhar propostas, declarações ou quaisquer outros documentos se expressamente solicitado pelo pregoeiro, mediante notificação efetuada pelo canal de comunicação (*chat*), sob pena de serem descartados.**
- 7.18. O sistema eletrônico produzirá automaticamente ata circunstanciada da sessão pública imediatamente após seu encerramento, a qual ficará acessível no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET e nela serão registradas as ocorrências relevantes.

8. Requisitos de Habilitação dos Licitantes

- 8.1. Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar toda a documentação comprobatória da:
- a) Habilitação jurídica;
 - b) Regularidade fiscal;
 - c) Qualificação econômica e financeira;
 - d) Qualificação técnica;
 - e) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 8.2. A **habilitação jurídica** será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 8.2.1. Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;
 - 8.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual



deverá estar contemplado, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;

8.2.3. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício; e

8.2.4. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

8.3. A **regularidade fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão conjunta quanto a débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos do art. 1.º do Decreto Federal 6.106/2007;

8.3.4. Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, mediante certidões expedidas pelos órgãos competentes, quando for o caso, e que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:

8.3.4.1. Certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal; e

8.3.4.2. Certidão negativa expedida pela Prefeitura Municipal, quando couber.

8.3.5. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.

8.3.5.1. Caso a empresa licitante não apresente o CRF, o pregoeiro verificará a regularidade pela consulta à base de dados da Caixa Econômica Federal, pela Internet.

8.3.6. Comprovação de que a empresa detém situação regular perante o INSS, na forma exigida no § 3.º do art. 195 da Constituição Federal, com a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débitos.



- 8.3.7. Caso a empresa licitante não apresente a CND, o pregoeiro verificará a regularidade pela consulta à base de dados da Previdência Social, pela Internet, na forma da OS 207 do INSS, de 08-04-99.
- 8.4. A **qualificação econômico-financeira** será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 8.4.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 8.4.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC) e do passivo circulante (PC), de modo a extrair-se **Índice de Liquidez Corrente (ILC) superior a um**, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 8.4.2.1. As empresas que apresentarem ILC igual ou menor do que um quando de sua habilitação, em vista dos riscos para a administração, deverão comprovar capital social no valor mínimo de dez por cento do valor da contratação resultante da licitação, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta mediante índices oficiais.
- 8.4.2.2. Serão considerados aceitos, na forma da lei, balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- a) Publicados em Diário Oficial ou;
 - b) Publicados em jornal de grande circulação ou;
 - c) Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou;
 - d) Por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante, na forma da IN 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC, de 1.º-08-97, art. 6º, junto com o original do Diário para cotejo pelo pregoeiro ou acompanhada obrigatoriamente da cópia dos Termos de Abertura e de Encerramento.
- 8.4.2.3. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.



8.5. A **qualificação técnica** será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

8.5.1. Pelo menos, um atestado de capacidade técnica que comprove a instalação, de forma satisfatória, de ao menos um equipamento de armazenamento de dados de capacidade igual ou superior ao objeto deste edital.

8.5.1.1. A empresa cujos dados cadastrais no SICAF incluam o fornecimento de bem ou a prestação de serviço compatível com o objeto licitado, terá sua capacidade técnica presumida e ficará, a critério do pregoeiro, dispensada da apresentação do atestado de capacidade técnica.

8.5.2. Caso o licitante tenha exercido o direito de preferência, na forma disciplinada nos itens 7.1 a 7.2 deste edital, deverá apresentar o(s) seguinte(s) documento(s), conforme o caso:

8.5.2.1. Para comprovação da condição de bens com tecnologia desenvolvida no País ou reconhecimento de bens desenvolvidos no País: Portaria emitida pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.

8.5.3. Para comprovação de atendimento ao Processo Produtivo Básico: Portaria Interministerial de Habilitação MCT/MDIC/MF.

8.6. Disposições gerais sobre habilitação:

8.6.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.6.2. **Os licitantes que estiverem em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF poderão deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e REGULARIDADE FISCAL.**

8.6.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser encaminhados utilizando-se a funcionalidade de “convocação de anexos” existente no sistema de pregão eletrônico, no prazo de uma hora contado da solicitação do Pregoeiro, e apresentados no original ou por cópia autenticada em dois dias úteis após o encerramento da sessão pública.

8.6.3.1. Comprovada a impossibilidade de envio por meio da referida ferramenta, a critério do Pregoeiro, poderá ser utilizada outra forma de envio.



- 8.6.4. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 8.6.5. O pregoeiro inabilitará o proponente cuja documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos.
- 8.6.6. Caso o licitante seja inabilitado por irregularidade constatada quando da consulta no SICAF, e comprovar, exclusivamente mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviço (Anexo III da IN MARE 05/95), ter entregado a documentação à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, o pregoeiro suspenderá os trabalhos e comunicará o fato ao Órgão Gestor do SICAF.
- 8.6.7. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em lei, admitidos como válidos, no caso de omissão, os emitidos a menos de noventa dias.
- 8.6.8. Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 8.6.9. Os documentos apresentados com a validade expirada, se não for falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente.
- 8.6.10. **Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal observará a disciplina estabelecida nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14/12/06, regulamentados pelo art. 4º do Decreto 6.204, de 05/09/07.**

9. Instruções e Normas para Impugnação do Edital e Interposição de Recursos

- 9.1. Até **dois dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório do pregão eletrônico.
 - 9.1.1. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 horas.
 - 9.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 9.2. Os pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, para o endereço indicado na



folha de rosto, em mensagens escritas que não podem conter qualquer anexo, sob pena de serem descartadas, assim como as impugnações que não observarem as mesmas restrições de forma e conteúdo.

- 9.3. A formulação da proposta, sem impugnação tempestiva ao edital, implica a plena aceitação pelos interessados das condições nele estabelecidas.
- 9.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua **intenção de recorrer** ao final da sessão pública, **imediate e motivadamente**, em campo próprio do sistema, o qual terá **três dias** para apresentar as **razões de recurso**, e os demais licitantes ficam, desde logo, notificados a apresentar **contra-razões em igual prazo** contado do término do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 9.5. O encaminhamento das razões de recurso bem assim das contra-razões deverá ser efetuado somente por meio do sistema eletrônico.
- 9.6. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 9.7. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito e o pregoeiro ficará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 9.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.9. Se não reconsiderar sua decisão, o pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade competente que proferirá decisão final antes da homologação do procedimento.
- 9.10. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados na Coordenadoria de Licitações e Contratos do TST, sito no SAFS, Quadra 8, lote 1, Bloco A, 3º andar, sala 333.

10. Prazo e Condições para Assinatura da Ata de Registro de Preços e do Contrato

- 10.1. Depois de homologado o resultado desta licitação, o TST convocará o proponente vencedor para assinar a ata de registro de preços, ou a entregará diretamente, quando será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital.
- 10.2. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, havendo necessidade de adquirir o objeto, o TST convocará a empresa cujo preço foi registrado para assinatura do instrumento contratual correspondente e retirada da respectiva nota de empenho.



- 10.3. As convocações de que tratam os itens 10.1 e 10.2 deverão ser atendidas no prazo máximo de dois dias úteis, prorrogável uma única vez a critério do TST, sob pena de decair o direito à contratação e de serem aplicadas as sanções previstas no item 20.4 deste edital.
- 10.4. A assinatura do contrato e a entrega da nota de empenho respectiva ficarão diretamente condicionadas à formalidade de assinatura do próprio contrato, e cabe à empresa fazer-se representar por profissional habilitado a cotejar a minuta com o instrumento obrigacional definitivo bem assim a firmá-lo.
- 10.5. O exame a que alude o item anterior se dará no recinto do Tribunal e poderá ser utilizado todo o tempo necessário à análise e conferência das peças mencionadas, inclusive fora do expediente normal de trabalho.
- 10.6. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.
- 10.7. Para segurança da Administração quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a adjudicatária deverá optar, no montante de 5% do valor total do contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia:
- 10.7.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
 - 10.7.2. seguro garantia;
 - 10.7.3. fiança bancária.
- 10.8. A Contratada deverá providenciar a garantia contratual impreterivelmente em cinco dias úteis, contados do recebimento da convocação de que trata o item 10.2, sob pena de ser-lhe imputada multa, conforme item 20.4.
- 10.9. É de inteira responsabilidade do adjudicatário a renovação da garantia prestada, quando couber, estando sua liberação condicionada ao término das obrigações contratuais com o TST.
- 10.10. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o contrato, a empresa adjudicatária obriga-se a executar o objeto a ela adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na



proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

- 10.11. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.
- 10.12. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.
- 10.13. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 10.14. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

11. Vigência do Contrato

- 11.1. O prazo de vigência do Registro de Preços será de um ano.
- 11.2. O prazo de vigência do contrato será da data da sua assinatura até noventa dias após o recebimento definitivo do objeto, e terá validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.
 - 11.2.1. Referido prazo terá início e vencimento em dia de expediente, excluído o primeiro e incluído o último.

12. Fiscalização da Execução Contratual

- 12.1. Na hipótese de execução do objeto do Registro de Preços, após a entrega da nota de empenho, a Administração designará um servidor, doravante denominado Fiscalização, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral até a entrega do objeto pela Contratada.
- 12.2. São atribuições da Fiscalização, entre outras:
 - 12.2.1. Encaminhar à Secretaria de Administração Orçamento e Finanças - SEAOF os documentos que relacionem às ocorrências que impliquem possíveis sanções punitivas a serem aplicadas à Contratada;



- 12.2.2. Solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do serviço e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos que comprovem essas solicitações de providências;
- 12.2.3. Acompanhar e fiscalizar a execução, bem assim indicar as ocorrências verificadas.
- 12.2.4. Manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica.
- 12.3. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

13. Condições de Recebimento do Objeto da Licitação

- 13.1. O serviço objeto da presente licitação será recebido das seguintes formas:
 - 13.1.1. **Provisória**, mediante recibo, imediatamente após a entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade.
 - 13.1.2. **Definitiva**, mediante recibo, em até quarenta e cinco dias úteis a partir do recebimento provisório, após a verificação da perfeita execução nos termos contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.
- 13.2. O termo de recebimento definitivo deverá estar acompanhado de termo de aceite da documentação fornecida, dos testes efetuados e também da transferência de tecnologia.
- 13.3. O termo de recebimento definitivo será emitido pela fiscalização quando as seguintes etapas tiverem sido cumpridas:
 - 13.3.1. Entrega do equipamento em caixas lacradas (Recebimento provisório);
 - 13.3.2. Instalação física do equipamento (montagem e instalação do *rack*, montagem do equipamento no *rack*, conexão à rede de energia elétrica e conexão à rede lógica do Tribunal);
 - 13.3.3. Instalação lógica do equipamento (definição de endereços, configuração de *arrays* para teste, conexão do equipamento à rede SAN do Tribunal);
 - 13.3.4. Demonstração das características do equipamento e transferência de conhecimento (definição de volumes lógicos, atribuição de áreas de disco a *hosts*, testes de leitura e escrita e performance).
- 13.4. A execução do objeto em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta será rejeitada parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a refazer no prazo estipulado pela Fiscalização,



contado da data do recebimento de notificação escrita necessariamente acompanhada do Termo de Recusa, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

13.4.1. Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

13.4.2. Substituir o produto que for recusado, quando informada por meio de Termo de Recusa de Material, em caso de entrega em desconformidade com o especificado ou com defeito, devendo proceder a devida troca, às suas expensas, no prazo de, no máximo, dez dias.

13.5. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade de cada unidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido nas especificações, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo TST.

13.6. Os pedidos de fornecimento obedecerão à conveniência e às necessidades do TST, o qual não está obrigado a firmar as contratações advindas do registro de preços, e fica facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida e assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14. Condições de Pagamento

14.1. Os pagamentos serão efetuados, em moeda corrente nacional, em até dez dias úteis após o recebimento definitivo, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

14.1.1. As notas fiscais e os documentos exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues exclusivamente na Coordenadoria de Material e Logística, situada no SAFS, quadra 8, lote 1, Bloco A, 4º andar, sala 420.

14.1.2. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores consignados na Nota de Empenho, e a Fiscalização, no caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, deve notificar a Contratada a substituí-la em três dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

14.2. A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.



- 14.3. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Federal, ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.
- 14.4. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas, previstos neste edital, utilizando o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

15. Reajustamento dos Preços

- 15.1. Os valores constantes da Ata de Registro de Preços admitem revisão na forma disciplinada no Decreto 3.931/2001.

16. Obrigações da Contratada

- 16.1. Executar o objeto desta licitação, em prazo não superior ao máximo estipulado neste edital e seus anexos.
- 16.2. Entregar documentação ao Tribunal contendo as informações necessárias para abertura dos chamados por telefone ou por correio eletrônico (códigos de acesso, números de telefone, endereços de correio eletrônico, códigos de identificação do cliente etc) e acesso à área de suporte técnico através de endereço eletrônico (*web site*) do fabricante do equipamento ou telefone de ligação gratuita para acompanhamento dos chamados.
- 16.2.1. Essa documentação deve ser entregue junto com os equipamentos.
- 16.3. Entregar, instalar e configurar os produtos na forma a seguir:
- 16.3.1. Instalar a solução fornecida nas dependências do Tribunal informado, deixando-a em pleno funcionamento, de acordo com as especificações dos fabricantes.
- 16.3.2. A instalação será acompanhada e supervisionada pela equipe técnica do Tribunal.
- 16.3.3. A instalação deverá seguir projeto proposto pela Contratada e validado pela Contratante, contemplando a instalação, configuração, documentação e testes da solução (para as aquisições do item 1).



- 16.3.4. A ativação da solução deverá ser precedida de transferência de tecnologia para a equipe do Contratante, que deverá contemplar os seguintes procedimentos e passadas as seguintes orientações:
- 16.3.4.1. Após a instalação física, o Contratante deverá acompanhar todo o processo de instalação lógica.
 - 16.3.4.2. Durante a instalação deverão ser repassados procedimentos de criação de dispositivos (físicos e lógicos), registro de dispositivos, utilização da ferramenta de administração, movimentação de volumes lógicos e físicos, definições de parâmetros de performance e ajustes finos dos dispositivos em função de sua destinação.
 - 16.3.4.3. Deverão ser apresentados os procedimentos de monitoramento do equipamento com o objetivo de coletar dados para análise de performance do equipamento.
 - 16.3.4.4. Os técnicos do Contratante deverão ser habilitados a ajustar parâmetros de performance no equipamento, baseados nas informações retiradas através do item anterior e também das informações obtidas através do serviço de suporte técnico e garantia.
 - 16.3.4.5. Deverão ser encaminhados documentos de melhores práticas de utilização, orientações sobre a utilização da documentação “on-line” e orientações gerais sobre a abertura de chamados e também da consulta da base de conhecimento da empresa.
- 16.3.5. Todo o processo listado acima deverá ser devidamente documentado e esta documentação, os testes e a transferência de tecnologia deverão ser aceitos pelo Tribunal como parte da solução.
- 16.3.6. O objetivo da transferência de tecnologia é habilitar o corpo técnico do Tribunal a operar de forma satisfatória o equipamento e a interagir com a equipe de suporte técnico da Contratada.
- 16.3.7. A conexão dos equipamentos à rede de armazenamento deverá ser feita observando-se o padrão adotado em cada Tribunal, devendo ser seguidos os modelos de identificação, tamanho dos cabos e utilização das calhas.
- 16.3.8. Caso seja necessário qualquer tipo de atualização (*firmware*, microcódigo etc) em qualquer dispositivo do ambiente já em operação no Tribunal (*switch Fibre Channel*, placas, Sistema Operacional), conectado à solução e indispensável



para a manutenção da compatibilidade e perfeita operação da solução, essa atualização deverá ser feita pela Contratada em período e horário acordado entre as partes e que não impacte a operação normal do ambiente, mediante autorização da equipe técnica do Tribunal.

16.4. Prestar garantia que deverá contemplar a forma e os prazos a seguir especificados:

16.4.1. Os produtos fornecidos deverão estar cobertos por garantia integral, compreendendo os defeitos decorrentes de fabricação, construção, montagem ou transporte, pelo período mínimo de trinta e seis meses, a contar da data do recebimento definitivo da instalação e configuração da solução.

16.4.2. A garantia poderá ser prestada diretamente pelo fabricante do equipamento.

16.4.3. Durante o período de garantia a Contratada deverá fornecer as atualizações e correções do *software* de administração da solução, caso se aplique, atualizações e correções de microcódigo, atualizações de *firmware* e realizar diagnósticos da solução, sempre que solicitado pelo Contratante.

16.4.3.1. O Contratante poderá solicitar manutenções preventivas, onde deverão ser avaliadas as versões dos códigos internos (microcódigo e *firmware*) e a sua atualização, bem como verificar se o dispositivo está atendendo às expectativas de desempenho ou apresentando qualquer restrição (gargalo).

16.4.3.2. Esses pedidos deverão ser sempre encaminhados à Contratada, como parte da garantia e executados em horário estabelecido pelo Tribunal, observando os prazos para início e conclusão do atendimento de suporte técnico, independente da identificação de qualquer problema.

16.4.4. Os serviços de garantia serão solicitados mediante a abertura de chamado via chamada telefônica local ou gratuita, ao fabricante ou à empresa autorizada, devendo o serviço estar disponível em tempo integral (24x7x365).

16.4.5. Os componentes danificados que impeçam a operação de qualquer equipamento/parte da solução deverão ser substituídos, entregues, instalados e configurados, de modo a deixar o equipamento em perfeitas condições de uso e com todas as funcionalidades de disponibilidade e redundância operacionais, no prazo máximo de seis horas, corridas, contadas a partir da abertura do chamado, sem qualquer ônus para o Tribunal.



- 16.4.6. Os componentes redundantes danificados, que não impeçam a operação do sistema, deverão ser substituídos, entregues, instalados e configurados, de modo a deixar o equipamento em perfeitas condições de uso e com todas as funcionalidades de alta disponibilidade e redundância operacionais, no prazo máximo de quarenta e oito horas, contadas a partir da abertura do chamado, sem qualquer ônus para o Tribunal.
- 16.4.7. Caberá aos técnicos do fabricante ou da Contratada identificar os componentes de *software* e/ou *hardware* responsáveis pelo mau funcionamento do sistema.
- 16.4.8. Os serviços serão solicitados mediante a abertura de chamados junto a Contratada, onde serão informadas a categoria do chamado (urgente ou normal) e a forma de atendimento (remoto ou local).
- 16.4.9. O atendimento inicial aos chamados deverá ocorrer no prazo máximo de duas horas, contadas a partir da abertura do chamado (incluindo-se todas as 24 horas do dia).
- 16.4.10. As peças, partes de peças, componentes e outros materiais necessários devem ser originais, admitindo-se substituição por similar de boa qualidade, apenas quando a Contratada justificar por escrito, prévia, fundamentada e aceita pelo Contratante.
- 16.4.11. O Contratante poderá exigir da Contratada a comprovação da procedência original de peças, partes de peças, componentes e outros materiais necessários, inclusive através de Notas Fiscais.
- 16.4.12. A Contratada deverá substituir temporariamente, por outros idênticos ou superiores de sua propriedade, os equipamentos cuja execução dos reparos demorem além dos tempos máximos convencionados, determinados no subitem 16.4.
- 16.4.12.1. A substituição referida deverá ocorrer imediatamente após o técnico detectar que o reparo excederá o prazo estabelecido.
- 16.4.13. No final do atendimento, o técnico da Contratada deverá elaborar um relatório onde conste o problema causador do chamado, a solução encontrada, as pendências, a data e hora do chamado, do início e do fim do atendimento.
- 16.4.13.1. Esse relatório deve ter a concordância e assinatura de um técnico do Tribunal e deverá ser arquivado pela Contratada e pelo Tribunal.



16.5. Prestar o serviço de suporte técnico na forma a seguir especificada:

16.5.1. Prestar serviço de suporte técnico, como parte da garantia, aos produtos fornecidos, pelo período de, no mínimo, três anos, a contar da data do recebimento definitivo da instalação e configuração dos equipamentos, destinado a:

16.5.1.1. Esclarecimento de dúvidas sobre a configuração e a utilização dos produtos, prestado remotamente;

16.5.1.2. Instalação, identificação e solução de problemas de *firmware* dos equipamentos, prestado na sede do Tribunal;

16.5.1.3. Identificação de problemas diversos nos equipamentos;

16.5.1.4. Execução de aferições de desempenho, caso a equipe do Tribunal esteja julgando possível a existência de gargalos de desempenho no equipamento.

16.5.1.4.1. Os pedidos de aferição deverão ser tratados individualmente, a depender da demanda do Contratante e deverão ser fechados com relatório conclusivo sobre a performance do equipamento.

16.5.2. Os serviços de suporte deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos respectivos componentes da solução e deverão seguir os mesmos prazos, termos e condições do item 16.4.

16.6. Cumprir todos os requisitos descritos neste edital e responsabilizar-se pelas despesas de deslocamento de técnicos, diárias, hospedagem e demais gastos relacionados com a equipe técnica, sem qualquer custo adicional para o Contratante.

16.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste edital em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços.

16.8. Respeitar o sistema de segurança do Contratante e fornecer todas as informações solicitadas por ele.

16.9. Acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades.

16.10. Guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo do Contratante, sendo vedadas, à Contratada, sua cessão, locação ou venda a terceiros.



- 16.11. Utilizar padrões definidos em conjunto com o Tribunal (nomenclaturas, metodologias, etc.);
- 16.12. Substituir o técnico mediante requerimento feito pelo Contratante, sendo que a referida substituição poderá ser requerida em decorrência de avaliações do Tribunal, não cabendo questionamentos, se entendido que:
- 16.12.1. O técnico não se adaptou ao serviço;
 - 16.12.2. Falta experiência prática, embora tenha tempo de serviço demonstrado no currículo para a atividade delegada;
 - 16.12.3. Existem problemas de qualquer ordem que o impossibilita de executar suas atividades/tarefas nos horários e escalas definidos pelo Tribunal;
 - 16.12.4. O desempenho profissional e a conduta do técnico são prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.
- 16.13. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm qualquer vínculo empregatício com o TST.
- 16.14. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar diretamente ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 16.15. A Contratada não será responsável:
- 16.15.1. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou de força maior;
 - 16.15.2. Por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste edital e no Contrato a ser assinado com o TST.
- 16.16. O TST não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

17. Obrigações do TST

- 17.1. O TST, após a retirada da nota de empenho, compromete-se a:
- 17.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados da Contratada às dependências do Contratante relacionadas à execução do contrato.
 - 17.1.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.



- 17.1.3. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitados, desde que atendidas as obrigações contratuais.

18. Alterações na Ata de Registro de Preços

- 18.1.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas nos artigos 65 da Lei n.º 8.666/93 e 12 do Decreto n.º 3.931/2001.

19. Cancelamento do Registro de Preços

- 19.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:
- 19.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - 19.1.2. Deixar de retirar a respectiva Ordem de Fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - 19.1.3. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de esse se tornar superior ao de mercado; e
 - 19.1.4. Existirem razões de interesse público.
- 19.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 19.3. O fornecedor poderá, com antecedência de sessenta dias, solicitar o cancelamento do seu registro de preços, na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

20. Sanções para o Caso de Inadimplemento

- 20.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o TST, as sanções administrativas aplicadas à Contratada serão:
- 20.1.1. Advertência;
 - 20.1.2. Multa;
 - 20.1.3. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Tribunal Superior do Trabalho;
 - 20.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



20.2. O atraso injustificado na entrega ou na instalação implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor total.

20.2.1. Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos subitens 20.1.3 e 20.1.4 deste edital, como também a inexecução total do contrato.

20.3. No caso de descumprimento dos termos descritos nos subitens 16.4 e 16.5 deste edital, as seguintes sanções serão aplicadas:

| Ocorrência | Valor da multa (sobre o valor total do contrato) | Incidência |
|--|--|--------------------------------------|
| Atraso no atendimento inicial a chamados | 1 % | Por hora ou fração de hora de atraso |
| Atraso na solução de chamados urgentes | 1 % | Por hora ou fração de hora de atraso |
| Atraso na solução de chamados normais | 0,5 % | Por hora ou fração de hora de atraso |

20.4. No caso de atraso no cumprimento do prazo de assinatura da ata de registro de preço e/ou de assinatura do contrato, assim como do prazo para apresentação da garantia contratual, assinalados nos itens 10.3 e 10.8 deste edital, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado.

20.5. As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pelo TST, da garantia contratual ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

20.6. Aquele que, convocado dentro da validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado do SICAF pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme disposto no artigo 28 do Decreto 5450/05.



- 20.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para o adjudicatário, na forma da lei.
- 20.8. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, e a solicitação dilatória deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar, considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.
- 20.8.1. A solicitação de prorrogação formal, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser encaminhada com antecedência mínima de um dia do vencimento do prazo.

21. Generalidades

- 21.1. O CNPJ do TST é 00.509.968/0001-48 e a UASG é 80001.
- 21.2. Esta licitação poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos do art. 29 do Decreto 5.450/05.
- 21.3. No curso do contrato, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.
- 21.4. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação do instrumento convocatório.
- 21.5. Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidos na Coordenadoria de Licitações e Contratos, exclusivamente pelo endereço eletrônico cpl@tst.jus.br.
- 21.6. Esta licitação poderá ser acompanhada pelos portais www.tst.jus.br e www.comprasnet.gov.br, onde são divulgados prazos, consultas e demais informações do certame.



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE – 095/2010

No dia ____ de _____ de 2010, no Tribunal Superior do Trabalho, registra-se o preço da empresa abaixo identificada para futuras aquisições e ampliações de soluções de armazenamento, com garantia de trinta e seis meses, a serem utilizadas por todos os Tribunais integrantes da Justiça do Trabalho, conforme descrito no quadro abaixo, resultante do Pregão Eletrônico n.º 095/2010. As especificações técnicas constantes do processo administrativo TST 501.584/2010-0, bem assim os termos da proposta integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

Este registro de preços tem a vigência de um ano, até ____ de _____ de 2011.

| Item | Especificação | Unidade | Quantidade | Pedido mínimo por fornecimento | Preço unitário registrado |
|------|--|---------|------------|--------------------------------|---------------------------|
| 1 | CONTROLADORA “DUAL” | Unidade | 25 | 1 | |
| | RACK PARA UNIDADE DE ARMAZENAMENTO | Unidade | 25 | 1 | |
| | GAVETA DE EXPANSÃO PARA UNIDADE DE ARMAZENAMENTO | Unidade | 200 | 1 | |
| | DISCOS COM CAPACIDADE DE 450 GB FC 15.000 RPM | Unidade | 1.500 | 1 | |
| 2 | DISCOS SATA COM CAPACIDADE DE 1TB 7.500 RPM | Unidade | 1.500 | 1 | |

Empresa vencedora:

CNPJ:

Endereço:

CEP:

Telefone: (..)

Fax: (..)

Email:

Dirley Sérgio de Melo
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças
Tribunal Superior do Trabalho

Nome
Cargo
Empresa

Marcos França Soares
Coordenador de Licitações e Contratos
Tribunal Superior do Trabalho



ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

GRUPO 1 - SOLUÇÃO DE ARMAZENAMENTO DE DADOS PARA INTEGRAÇÃO EM AMBIENTE SAN

ITEM 1 – CONTROLADORA “DUAL”

Características da Controladora:

1. Possuir 02 (duas) controladoras com todas as interfaces internas de, no mínimo, 4Gb/s e redundância total automática;
2. Possuir todas as conexões entre as controladoras e os discos *Fibre Channel*, de, no mínimo, 4Gb/s nativo;
3. Possuir memória cache espelhada de, no mínimo, 8GB, sendo que pelo menos 1GB de memória não-volátil (NVRAM). A memória deverá ser protegida por bateria com autonomia mínima de 48 (quarenta e oito) horas, ou, sistema com alguma funcionalidade de preservação de *cache* por 48 horas ou mais;
4. Possuir, no mínimo, 4 Interfaces externas para conexão à SAN (*front end*), com velocidade de, no mínimo, 4GB/s, padrão *Fibre Channel*, por controladora;
5. Deverá possuir, no mínimo, 02 (dois) ventiladores redundantes e *hot plug/swap*, sendo que todos os ventiladores suportados pelo equipamento deverão estar instalados e em pleno funcionamento;
6. Deverá possuir, no mínimo, 02 (duas) fontes de alimentação redundantes e baterias redundantes para a memória *cache* interna. As fontes e as baterias deverão ser do tipo *hot plug/swap*;
7. Deverá permitir conexão redundante entre os servidores e a unidade, com caminhos redundantes, passando por *switches* distintos, de forma transparente ao funcionamento dos servidores;
8. Deverá possuir redundância de todos os componentes internos de *hardware* de forma a não possuir um ponto único de falha que possa impedir o completo funcionamento do sistema;
9. Suportar, por *hardware*, os seguintes padrões:
 - 9.1. RAID1 ou VRAID1; e
 - 9.2. RAID3 ou VRAID CROSS; e
 - 9.3. RAID5 ou VRAID5; e
 - 9.4. Sistema de proteção por múltipla paridade que mantenha íntegros os dados armazenados no caso de falha de 2 discos no arranjo (RAID6 ou VRAID6);
10. Implementar detecção e recuperação automática de falhas;
11. Implementar reconstrução transparente do RAID sem necessidade de paradas, quaisquer que sejam;



12. Suportar o recurso de disco de espera, ou disco de espera distribuído, sem a necessidade de qualquer tipo de intervenção para que este disco seja colocado em operação para substituir qualquer outro disco defeituoso da controladora (on-line hot spare);
13. Possuir estrutura interna de acesso aos discos através de *loops Fibre Channel* redundantes;
14. Capacidade de expansão da quantidade de discos instalada a um total de, pelo menos, 216 discos, sem necessidade de instalação de outros componentes a não ser novos discos e gavetas de expansão;
15. Suporte às seguintes tecnologias de discos: *Fibre Channel*, SATA ou FATA e SSD (ou disco de estado sólido);
16. Permitir a instalação de discos com diferentes capacidades e tipos (FC ou SATA/FATA), não, necessariamente, na mesma gaveta;
17. Permitir pelo menos 1024 partições lógicas de armazenamento (LUNs);
18. Permitir a adição de capacidade de armazenamento e a expansão de volumes de forma dinâmica e sem qualquer parada do ambiente. Caso seja necessária a utilização de componentes de hardware e software externo para esta funcionalidade, eles deverão ser fornecidos como parte da solução, com as devidas licenças e garantias, sem ônus ao TST.
19. O equipamento deverá ser compatível com o *software de backup Tivoli Storage Manager* (TSM) da IBM;
20. Deverá suportar conexão direta aos servidores através do padrão *Fibre Channel-AL* (*Fibre Channel – Arbitrated Loop*) e suportar conexão à SAN (*Storage Area Network*) baseada em conectividade *Fibre Channel FC-SW* (*Fibre Channel – Swtiched Fabric*);
21. O equipamento ofertado deverá ser compatível com os sistemas operacionais *Red Hat Linux* e *Windows 2003/2008 Standard e Enterprise*.
22. O equipamento ofertado deverá possuir, no mínimo, 4 (quatro) portas iSCSI, por controladora, habilitadas e prontas para conexão à rede de dados do Tribunal.

Características do Software de gerenciamento:

23. O software de gerenciamento deverá permitir acesso via *web* pelos navegadores *MS Internet Explorer* e *Mozilla Firefox* ou através de um *software* cliente, instalado em estações *Linux* ou *Windows 2000/XP/Vista*. Em ambos os casos, a controladora deverá permitir ser gerenciada diretamente, sem a necessidade de se ter uma máquina exclusiva ou conectada diretamente à controladora para servir o acesso.
24. Caso a controladora necessite de um servidor ou máquina conectada a ela para prover o acesso, essa máquina deverá ser fornecida sem ônus para o TST como parte da solução (incluindo todas as licenças de software necessárias). Qualquer funcionalidade listada abaixo que seja implementada através de equipamento anexo implica que este



equipamento deverá ser fornecido sem qualquer ônus ao TST, como parte da solução proposta.

25. O software deve ser único e integrar em um único ambiente recursos de monitoração, controle, gerenciamento e configuração do equipamento;
26. Deverá possuir sistema de verificação *on-line* dos parâmetros físicos do *hardware* (temperatura, alimentação, diagnóstico);
27. Deverá permitir visualização gráfica para gerenciamento, provisionamento, configuração, monitoração, análise de eventos e de desempenho, verificação de conectividade, visualização de dispositivos e mapeamento dinâmico de todas as variáveis do equipamento;
28. Deverá permitir o gerenciamento pró-ativo/alarmes em caso de falhas ou falhas iminentes de disco rígido, processador, memória, ventilador, baterias e fonte de alimentação;
29. Deverá enviar mensagens eletrônicas ao administrador em caso de falhas ou de falhas iminentes do sistema;
30. Deverá permitir a implementação de restrições de acesso a determinado volume para um servidor ou conjunto de servidores;
31. Deverá permitir a associação de um volume ou conjunto de volumes a um servidor ou grupo de servidores específicos;
32. Deverá possuir compatibilidade com o padrão SMI-S 1.2;
33. Possuir capacidade de gerar diagnósticos “on-line”;
34. Possuir capacidade de *debug* no equipamento;
35. Possuir estatísticas de utilização e erros, por discos e volumes;
36. Possuir recurso de monitoramento de uso e performance de todo o equipamento. Deve permitir acessar o histórico dos últimos seis meses ou mais.
37. Possibilitar a geração de relatórios de uso e performance do equipamento, discos, gavetas e arrays de discos. Deve ser possível acessar o histórico dos últimos seis meses ou mais (de acordo com coleta pré-especificada).
38. Implementar SNMP e SSH ou HTTPS; para acesso seguro;
39. Implementar Call Home para que o equipamento informe via e-mail ou linha telefônica sobre eventos e alarmes relativos ao equipamento para o fabricante;

Recursos Adicionais:

40. O equipamento deverá possuir recursos licenciados e habilitados de cópia instantânea dos dados, possibilitando que um volume (ou LUN) seja instantaneamente replicado para uma nova área no mesmo equipamento (recurso comumente chamado de *snapshot* ou *Flash Copy*);
 - 40.1. O equipamento deverá permitir a criação de cópias *point-in-time* Clone e SNAPS;



- 40.2. A implementação das cópias deverá ser efetuada atendendo os seguintes modelos (ambos):
- 40.2.1. Por *snap* – cópia por ponteiros e movimentação de dados;
- 40.2.2. Por clone – cópia física do volume
- 40.3. A geração do *snap* deve ocorrer sem a interrupção ou suspensão das atividades de leitura e escrita no volume;
- 40.4. Deverá estar licenciadas para toda capacidade do subsistema de armazenamento;
- 40.5. Caso seja necessária a utilização de componentes de hardware e software externo para esta funcionalidade, eles deverão ser fornecidos como parte da solução com as devidas licenças e garantia sem ônus ao TST.
41. A solução ofertada deverá possuir recurso de *thin provisioning* (ou *virtual provisioning*) e este recurso deverá ser licenciado para todo o volume do equipamento. Caso seja necessária a utilização de componentes de *hardware* e *software* externo para esta funcionalidade, eles deverão ser fornecidos como parte da solução, com as devidas licenças e garantias, sem ônus ao TST.
42. O equipamento deverá ser capaz de replicar síncrona e assincronamente todos os dados de um volume (ou LUN) específico para outro equipamento do mesmo fabricante e mesma série, sem a necessidade de qualquer tipo de licenciamento adicional;
- 42.1. Estas funcionalidades deverão estar licenciadas para toda capacidade do subsistema de armazenamento.
- 42.2. Esta replicação deverá ser realizada em ambiente *Fibre Channel*;
- 42.3. Caso seja necessária a utilização de componentes de *hardware* ou *software* externo para esta funcionalidade, eles deverão ser fornecidos como parte da solução com as devidas licenças e garantia sem ônus ao TST.
43. O fabricante deverá ser participante do *SNIA* (*Storage Networking Industry Association*) por meio de comprovação no site www.snia.org/member_com/member_directory/, na qualidade de "*Vendor Large (Voting)*";

ITEM 2 – RACK PARA UNIDADE DE ARMAZENAMENTO

Características do Rack:

1. Rack utilizado para armazenamento do equipamento adquirido;
2. Deve possuir 40U de altura, no mínimo;
3. Padrão EIA de 19 polegadas;
4. Porta frontal e traseira, ambas com ventilação, sendo que a porta frontal poderá ser dispensada caso o equipamento possua controle de acesso nele próprio.
5. Possuir laterais fechadas (com tela ou chapa);
6. Possuir conjunto de réguas de alimentação com capacidade suficiente para atender a toda configuração do *Rack* (*rack* completo) em dois circuitos independentes que permitam a conexão de duas fontes de energia independentes;



7. Deve possuir uma arquitetura que possibilite que apenas a ventilação dos equipamentos seja suficiente para refrigerar o gabinete;
8. Deve possuir conjunto de rodízios que suportem o peso do *rack* com a composição completa;
9. O *Rack* deve ser original do fabricante fornecedor da solução de *storage* e será utilizado somente para este fim.

ITEM 3 – GAVETA DE EXPANSÃO PARA UNIDADE DE ARMAZENAMENTO

Características das gavetas de expansão:

1. Possuir estrutura interna de acesso aos discos através de *loops Fibre Channel* redundantes, acessados através de duas controladoras;
2. Possuir fontes de alimentação redundantes, *hot plug/swap*;
3. Possuir ventiladores redundantes, *hot plug/swap*;
4. Possuir capacidade mínima de 12 discos, *hot plug/swap*;
5. Interfaces *Fibre Channel* com velocidade de 4 Gbps para conexão aos discos e à controladora;
6. Deve ser própria para discos *Fibre Channel*;
7. Deve permitir a instalação de discos de diferentes capacidades na mesma gaveta;
8. Ser compatível com *Rack* padrão EIA 19 polegadas;
9. Possuir altura máxima de 3U;

ITEM 4 - DISCOS COM CAPACIDADE DE 450 GB FC 15.000 RPM

Características dos discos:

1. Discos com capacidade de armazenamento de, no mínimo, 450 GB sem compressão;
2. Velocidade mínima de rotação de 15.000 RPM;
3. Padrão *Fibre Channel* 4 GBps *full duplex* nativo;
4. Devem ser *hot plug/swap*, possibilitando que a troca de discos, quando necessária, seja feita sem a parada do equipamento.

ITEM 5 - DISCOS COM CAPACIDADE DE 1TB SATA (OU FATA) 7.200 RPM

Características dos discos:

1. Discos com capacidade de armazenamento de, no mínimo, 1 TB sem compressão;
2. Velocidade mínima de rotação de 7.200 RPM;
3. Padrão SATA II ou FATA;



4. Devem ser *hot plug/swap*, possibilitando que a troca de discos, quando necessária, seja feita sem a parada do equipamento.



ANEXO II

LOCAIS DE ENTREGA

| TRIBUNAL | UF | ENDEREÇO DA SEDE REGIONAL |
|------------|----|---|
| TST | DF | SAFS, Quadra 08, lote 01, Bloco A, Trecho 1, sala 228 Brasília-DF, CEP 70.070-600 |
| 1ª Região | RJ | Av. Presidente Antônio Carlos, 251 - Castelo Rio de Janeiro-RJ, CEP 20020-010 |
| 2ª Região | SP | Rua da Consolação, 1272 São Paulo – SP, CEP 01.302-906 |
| 3ª Região | MG | Av. Getúlio Vargas, 225 – Bairro Funcionários – Belo Horizonte – MG, CEP 30112-900 |
| 4ª Região | RS | Av. Praia de Belas, 1100 - Praia de Belas - Porto Alegre – RS, CEP 90110-903 |
| 5ª Região | BA | Ed. Sede Do TRT - Fórum Ministro Carlos Coqueijo Costa: Rua Bela Vista do Cabral, 121 - Nazaré, Salvador-BA, CEP 40055-000 |
| 6ª Região | PE | Av. Cais do Apolo, 739 Recife-PE, CEP 50.030-902 |
| 7ª Região | CE | Av. Santos Dumont, 3384 - Aldeota - Fortaleza – CE, CEP 60150-162 |
| 8ª Região | PA | Av. D. Pedro I, 746, Umarizal Belém-PA, CEP 66.050-100 |
| 9ª Região | PR | Av. Vicente Machado nº 400 - Centro – Curitiba-PR, CEP 80420-010. |
| 10ª Região | DF | Av. W3 Norte, Quadra 513, Bloco "B", Lotes 2/3 – Brasília-DF, CEP: 70.760-900. |
| 11ª Região | AM | Rua Visconde de Porto Alegre, 1.265, bairro Praça 14 de Janeiro - Manaus/AM, CEP 69.020-130. |
| 12ª Região | SC | Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - SC - Rua Esteves Júnior, 395 - Centro - Florianópolis/SC, CEP 88015-905. |
| 13ª Região | PB | Rua Corálio Soares de Oliveira, s/n - Centro - João Pessoa – PB, CEP 58013-260. |
| 14ª Região | RO | Rua Almirante Barroso, 600, Centro - Porto Velho-RO, CEP 78.916-020. |
| 15ª Região | CP | Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Rua Barão de Jaguará, 901 Centro - Campinas – SP, CEP 13015-001. |
| 16ª Região | MA | Av. Senador Vitorino Freire, 2001 - Bairro Areinha - São Luís – MA, CEP 65030-015. |
| 17ª Região | ES | Rua Pietrângelo de Biase, 33 Vitória-ES, CEP 29.010-190. |
| 18ª Região | GO | Av. T-1 esq. c/ Rua Oreste Ribeiro (antiga T-52), Lts. 1 a 3, 23 e 24, Qd. T-22 - Setor Bueno – Goiânia-GO, CEP 74.210-025. |
| 19ª Região | AL | Fórum Pontes de Miranda - Avenida da Paz, 2076 - Centro -Maceió/AL, CEP 57020-440. |
| 20ª Região | SE | Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, s/nº - Centro Adm. Gov. Augusto Franco - Bairro Capucho Aracaju/SE, CEP 49080-190. |
| 21ª Região | RN | Av. Capitão Mor-Gouveia, 1738 Lagoa Nova - Natal/RN, CEP 59063-400. |
| 22ª Região | PI | Rua 24 de Janeiro, 181/ Norte – Teresina/PI, CEP 64.000-921. |
| 23ª Região | MT | Av. Historiador Rubens de Mendonça, 3355 - Centro Político e Administrativo – Cuiabá/MT, CEP 78050-955. |
| 24ª Região | MS | Rua Jornalista Belizário Lima, 418 - Vila Santa Dorothéia – Campo Grande/MS, CEP 79.004-912. |



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA

DECLARAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO DE TECNOLOGIA DO PAÍS E PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA USUFRUTO DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NO DECRETO Nº 7.174 DE 12 DE MAIO DE 2010

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 108/2010

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante), doravante denominado Licitante, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

() Possuo a certificação de Tecnologia desenvolvida no País, nos termos da Lei n.º 8.248, de 23 de outubro de 1991 e dos Decretos nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

() Possuo a certificação de Processo Produtivo Básico, nos termos da Lei n.º 8.248, de 23 de outubro de 1991 e dos Decretos nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

Ainda, declara que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(Local), (UF), ____ de _____ de 2010.

Representante legal da licitante – ID – CPF



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho**

1

**CONTRATO PE-95/2010 – AQUISIÇÕES E
AMPLIAÇÕES DE SOLUÇÃO DE
ARMAZENAMENTO DE DADOS (Processo TST
n.º 501.584/2010-0).**

CONTRATANTE: **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.509.968/0001-48, sediado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 8, Lote 1, Brasília, DF, CEP 70070-600, telefone geral (61) 3043-4300, doravante denominado simplesmente Contratante, neste ato representado pelo,

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, com sede na, Brasília, DF, CEP, telefone (61), fax (61), doravante denominada simplesmente Contratada, neste ato representada pelo,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO

Este contrato fundamenta-se:

- I. no Pregão Eletrônico n.º 95/2010, conforme a Lei Complementar n.º 123/2006, a Lei n.º 10.520/2002 e os Decretos n.os 3.931/01, 5.450/2005 e 6.204/07;
- II. nos termos propostos pela Contratada que, simultaneamente:
 - a. constem no Processo Administrativo TST n.º 501.584/2010-0;
 - b. não contrariem o interesse público
- III. nas determinações das Leis n.os 8.666/93, 8.078/90 e 9.784/99;
- IV. nos preceitos de direito público;
- V. supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.



CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto as aquisições e ampliações de solução de armazenamento de dados, com garantia de trinta e seis meses, a serem utilizadas por todos os Tribunais integrantes da Justiça do Trabalho, conforme especificado na tabela abaixo e nos termos e condições constantes no edital e neste contrato e anexo.

| SOLUÇÃO DE ARMAZENAMENTO DE DADOS PARA INTEGRAÇÃO EM AMBIENTE SAN | | | | | |
|--|--|----------------|-------------------|---------------------------|------------------------|
| Item | Especificação | Unidade | Quantidade | Preço Unitário R\$ | Preço Total R\$ |
| 1 | CONTROLADORA "DUAL" | Unidade | | | |
| 2 | RACK PARA UNIDADE DE ARMAZENAMENTO | Unidade | | | |
| 3 | GAVETA DE EXPANSÃO PARA UNIDADE DE ARMAZENAMENTO | Unidade | | | |
| 4 | DISCOS COM CAPACIDADE DE 450 GB FC 15.000 RPM | Unidade | | | |
| 5 | DISCOS SATA COM CAPACIDADE DE 1TB 7.500 RPM | Unidade | | | |
| Valor Total R\$ | | | | | |

Subcláusula primeira. Os bens deverão ser entregues, acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas, nas sedes dos Tribunais integrantes da Justiça do Trabalho conforme tabela no Anexo II.

- I. A solução fornecida deverá ser instalada nas dependências do Tribunal informado, deixando-a em pleno funcionamento, de acordo com as especificações dos fabricantes.

Subcláusula segunda. Os equipamentos deverão ser novos, instalados e configurados de tal forma que mantenha o perfeito funcionamento das redes envolvidas em tal processo.

Subcláusula terceira. Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os itens acessórios de *hardware* e *software* necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo cabos, fibras, conectores, interfaces, suportes, *drivers* de controle, programas de configuração etc.



Subcláusula quarta. Os equipamentos deverão estar acompanhados de sua documentação técnica completa e atualizada, contendo os manuais, guias de instalação e outros pertinentes

- I. A documentação deverá ser fornecida em sua forma original, não sendo aceitas cópias de qualquer tipo.

Subcláusula quinta. Os equipamentos fornecidos devem manter total compatibilidade entre si, sendo que, quando fornecido por inteiro, deverá constituir uma solução de armazenamento única, completa e totalmente compatível.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA DO OBJETO

O objeto deste contrato tem garantia e suporte técnico pelo prazo de trinta e seis meses, contados do recebimento definitivo da instalação e configuração, conforme o Termo de Garantia anexo, que terá vigência independente do prazo de vigência do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência a partir da data de sua assinatura até noventa dias após o recebimento definitivo do objeto.

Subcláusula única. O prazo acima referido terá início e vencimento em dia de expediente, excluído o primeiro e incluído o último, e terá validade e eficácia legal após a publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

O valor total deste contrato é de R\$
(.....).

Subcláusula única. Já estão incluídas no preço total todas as despesas de frete, embalagens, impostos, transporte, mão-de-obra e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

Os preços serão fixos e irrevogáveis, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Contratante, programa de trabalho, elemento de despesa, nota de empenho, emitida em



CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS

A Contratada deverá entregar os produtos em, no máximo, sessenta dias, a contar da assinatura deste contrato e, ainda, prestar os serviços relativos à garantia nos prazos determinados na Cláusula Doze deste Contrato.

Subcláusula primeira. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no parágrafo 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar.

Subcláusula segunda. A solicitação de prorrogação deverá ser encaminhada com antecedência mínima de um dia do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.

Subcláusula terceira. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução das obrigações contratuais será fiscalizada por um servidor designado pelo Contratante, doravante denominado Fiscalização, que terá autoridade para exercer, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e controle da execução contratual.

Subcláusula primeira. À Fiscalização compete, entre outras atribuições:

- I. Encaminhar à Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças - SEAOF os documentos com as ocorrências que impliquem possíveis sanções à Contratada
- II. solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- III. acompanhar e fiscalizar a execução, bem assim indicar as ocorrências verificadas;
- IV. manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica.

Subcláusula segunda. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.



CLÁUSULA DEZ - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

O objeto do presente contrato será recebido das seguintes formas:

- I. **provisória**, mediante recibo, imediatamente após a entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;
- II. **definitiva**, mediante recibo, em até quarenta e cinco dias úteis a partir do recebimento provisório, após a verificação da perfeita execução nos termos contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

Subcláusula primeira. O termo de recebimento definitivo deverá estar acompanhado de termo de aceite da documentação fornecida, dos testes efetuados e também da transferência de tecnologia.

Subcláusula segunda. O termo de recebimento definitivo será emitido pela fiscalização quando as seguintes etapas tiverem sido cumpridas:

- I. Entrega do equipamento em caixas lacradas (Recebimento provisório);
- II. instalação física do equipamento (montagem e instalação do rack, montagem do equipamento no rack, conexão à rede de energia elétrica e conexão à rede lógica do Tribunal);
- III. instalação lógica do equipamento (definição de endereços, configuração de *arrays* para teste, conexão do equipamento à rede SAN do Tribunal);
- IV. demonstração das características do equipamento e transferência de conhecimento (definição de volumes lógicos, atribuição de áreas de disco a *hosts*, testes de leitura e escrita e performance).

Subcláusula terceira. A execução do objeto em desconformidade com o especificado neste contrato, no instrumento convocatório ou o indicado na proposta será rejeitada parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a refazer no prazo estipulado pela Fiscalização, contado da data do recebimento de notificação escrita necessariamente acompanhada do Termo de Recusa, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

Subcláusula quarta. A notificação referida na subcláusula anterior suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

Subcláusula quinta. Substituir o produto que for recusado, quando informada por meio de Termo de Recusa de Material, em caso de entrega em desconformidade com o especificado ou com defeito, devendo proceder a devida troca, às suas expensas, no prazo de, no máximo, dez dias.



Subcláusula sexta. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá de cada unidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido nas especificações, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Contratante.

CLÁUSULA ONZE - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, em até dez dias úteis após o recebimento definitivo, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

Subcláusula primeira. As notas fiscais e os documentos exigidos no edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, na Coordenadoria de Material e Logística, situada no SAFS, quadra 8, lote 1, bloco A, 4º andar, sala 420.

Subcláusula segunda. A nota fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores consignados na nota de empenho, e a Fiscalização, no caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, deve notificar a Contratada a substituí-la em até três dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

Subcláusula terceira. A retenção dos tributos não será efetuada caso a Contratada apresente, junto com sua nota fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

Subcláusula quarta. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Federal, ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

Subcláusula quinta. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas previstos neste contrato, utilizando o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.



CLÁUSULA DOZE - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução do objeto do presente contrato, obriga-se a Contratada a enviar todo o empenho necessário ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados e, ainda, a:

- I. executar o objeto deste contrato nos prazos estipulados na cláusula oitava;
- II. Entregar documentação ao Tribunal contendo: - 1) as informações necessárias para abertura dos chamados por telefone ou por correio eletrônico (códigos de acesso, números de telefone, endereços de correio eletrônico, códigos de identificação do cliente etc); - 2) acesso à área de suporte técnico através de endereço eletrônico (*web site*) do fabricante do equipamento ou telefone de ligação gratuita para acompanhamento dos chamados.
 - a. Essa documentação deve ser entregue junto com os equipamentos.
- III. cumprir todos os requisitos descritos neste contrato e responsabilizar-se pelas despesas de deslocamento de técnicos, diárias, hospedagem e demais gastos relacionados com a equipe técnica, sem qualquer custo adicional para o Contratante;
- IV. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços;
- V. respeitar o sistema de segurança do Contratante e fornecer todas as informações solicitadas por ele;
- VI. acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades;
- VII. guardar inteiro sigilo dos serviços contratados e dos dados processados, bem como de toda e qualquer documentação gerada, reconhecendo serem esses de propriedade e uso exclusivo do Contratante, sendo vedadas, à Contratada, sua cessão, locação ou venda a terceiros;
- VIII. utilizar padrões definidos em conjunto com o Tribunal (nomenclaturas, metodologias, etc.);
- IX. substituir o técnico mediante requerimento feito pelo Contratante, sendo que a referida substituição poderá ser requerida em decorrência de avaliações do Tribunal, não cabendo questionamentos, se entendido que:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

- a. o técnico não se adaptou ao serviço;
 - b. falta experiência prática, embora tenha tempo de serviço demonstrado no currículo para a atividade delegada;
 - c. existem problemas de qualquer ordem que o impossibilita de executar suas atividades/tarefas nos horários e escalas definidos pelo Tribunal;
 - d. o desempenho profissional e a conduta do técnico são prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.
- X. responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm qualquer vínculo empregatício com o TST;
- XI. responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao Contratante ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

Subcláusula primeira. A Contratada deverá entregar, instalar e configurar os produtos na forma a seguir:

- I. instalar a solução fornecida nas dependências do Tribunal informado, deixando-a em pleno funcionamento, de acordo com as especificações dos fabricantes;
- II. a instalação será acompanhada e supervisionada pela equipe técnica do Tribunal;
- III. a instalação deverá seguir projeto proposto pela Contratada e validado pela Contratante, contemplando a instalação, configuração, documentação e testes da solução (para as aquisições do item 1);
- IV. a ativação da solução deverá ser precedida de transferência de tecnologia para a equipe do Contratante, que deverá contemplar os seguintes procedimentos e passadas as seguintes orientações:
 - a. após a instalação física, o Contratante deverá acompanhar todo o processo de instalação lógica;
 - b. durante a instalação deverão ser repassados procedimentos de criação de dispositivos (físicos e lógicos), registro de dispositivos, utilização da ferramenta de administração, movimentação de volumes lógicos e físicos, definições de parâmetros de



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho**

9

- performance e ajustes finos dos dispositivos em função de sua destinação;
- c. deverão ser apresentados os procedimentos de monitoramento do equipamento com o objetivo de coletar dados para análise de performance do equipamento;
 - d. os técnicos do Contratante deverão ser habilitados a ajustar parâmetros de performance no equipamento, baseados nas informações retiradas através do item anterior e também das informações obtidas através do serviço de suporte técnico e garantia;
 - e. deverão ser encaminhados documentos de melhores práticas de utilização, orientações sobre a utilização da documentação “on-line” e orientações gerais sobre a abertura de chamados e também da consulta da base de conhecimento da empresa;
- V. todo o processo listado acima deverá ser devidamente documentado e esta documentação, os testes e a transferência de tecnologia deverão ser aceitos pelo Tribunal como parte da solução;
- VI. o objetivo da transferência de tecnologia é habilitar o corpo técnico do Tribunal a operar de forma satisfatória o equipamento e a interagir com a equipe de suporte técnico da Contratada;
- VII. a conexão dos equipamentos à rede de armazenamento deverá ser feita observando-se o padrão adotado em cada Tribunal, devendo ser seguidos os modelos de identificação, tamanho dos cabos e utilização das calhas;
- VIII. caso seja necessário qualquer tipo de atualização (*firmware*, *microcódigo* etc) em qualquer dispositivo do ambiente já em operação no Tribunal (*switch Fibre Channel*, placas, Sistema Operacional), conectado à solução e indispensável para a manutenção da compatibilidade e perfeita operação da solução, essa atualização deverá ser feita pela Contratada em período e horário acordado entre as partes e que não impacte a operação normal do ambiente, mediante autorização da equipe técnica do Tribunal.

Subcláusula segunda. A Contratada prestará garantia que deverá contemplar a forma e os prazos a seguir especificados:

- I. os produtos fornecidos deverão estar cobertos por garantia integral, compreendendo os defeitos decorrentes de fabricação, construção, montagem ou transporte, pelo período mínimo de trinta e seis meses, a



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

10

- contar da data do recebimento definitivo da instalação e configuração da solução;
- II. a garantia poderá ser prestada diretamente pelo fabricante do equipamento;
 - III. durante o período de garantia a Contratada deverá fornecer as atualizações e correções do *software* de administração da solução, caso se aplique, atualizações e correções de microcódigo, atualizações de *firmware* e realizar diagnósticos da solução, sempre que solicitado pelo Contratante;
 - a. o Contratante poderá solicitar manutenções preventivas, onde deverão ser avaliadas as versões dos códigos internos (microcódigo e *firmware*) e a sua atualização, bem como verificar se o dispositivo está atendendo às expectativas de desempenho ou apresentando qualquer restrição (gargalo).
 - b. esses pedidos deverão ser sempre encaminhados à Contratada, como parte da garantia, e executados em horário estabelecido pelo Tribunal, observando os prazos para início e conclusão do atendimento de suporte técnico, independente da identificação de qualquer problema.
 - IV. os serviços de garantia serão solicitados mediante a abertura de chamado via chamada telefônica local ou gratuita, ao fabricante ou à empresa autorizada, devendo o serviço estar disponível em tempo integral (24x7x365);
 - V. os componentes danificados que impeçam a operação de qualquer equipamento/parte da solução deverão ser substituídos, entregues, instalados e configurados, de modo a deixar o equipamento em perfeitas condições de uso e com todas as funcionalidades de disponibilidade e redundância operacionais, no prazo máximo de seis horas, corridas, contadas a partir da abertura do chamado, sem qualquer ônus para o Tribunal;
 - VI. os componentes redundantes danificados, que não impeçam a operação do sistema, deverão ser substituídos, entregues, instalados e configurados, de modo a deixar o equipamento em perfeitas condições de uso e com todas as funcionalidades de alta disponibilidade e redundância operacionais, no prazo máximo de quarenta e oito horas, contadas a partir da abertura do chamado, sem qualquer ônus para o Tribunal;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

- VII. caberá aos técnicos do fabricante ou da Contratada identificar os componentes de *software* e/ou *hardware* responsáveis pelo mau funcionamento do sistema;
- VIII. os serviços serão solicitados mediante a abertura de chamados junto a Contratada, onde serão informadas a categoria do chamado (urgente ou normal) e a forma de atendimento (remoto ou local);
- IX. o atendimento inicial aos chamados deverá ocorrer no prazo máximo de duas horas, contadas a partir da abertura do chamado (incluindo-se todas as 24 horas do dia);
- X. as peças, partes de peças, componentes e outros materiais necessários devem ser originais, admitindo-se substituição por similar de boa qualidade, apenas quando a Contratada justificar por escrito, prévia, fundamentada e aceita pelo Contratante;
- XI. o Contratante poderá exigir da Contratada a comprovação da procedência original de peças, partes de peças, componentes e outros materiais necessários, inclusive através de Notas Fiscais;
- XII. a Contratada deverá substituir temporariamente, por outros idênticos ou superiores de sua propriedade, os equipamentos cuja execução dos reparos demorem além dos tempos máximos convencionados, determinados na Subcláusula segunda desta Cláusula Doze;
 - a. a *substituição* referida deverá ocorrer imediatamente após o técnico detectar que o reparo excederá o prazo estabelecido;
- XIII. no final do atendimento, o técnico da Contratada deverá elaborar um relatório onde conste o problema causador do chamado, a solução encontrada, as pendências, a data e hora do chamado, do início e do fim do atendimento;
 - a. esse relatório deve ter a concordância e assinatura de um técnico do Tribunal e deverá ser arquivado pela Contratada e pelo Tribunal;

Subcláusula terceira. A Contratada deverá prestar o serviço de suporte técnico na forma a seguir especificada:

- I. prestar serviço de suporte técnico, como parte da garantia, aos produtos fornecidos, pelo período de, no mínimo, três anos, a contar da data do recebimento definitivo da instalação e configuração dos equipamentos, destinado a:
 - b. *esclarecimento* de dúvidas sobre a configuração e a utilização dos produtos, prestado remotamente;



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho**

12

- c. instalação, identificação e solução de problemas de *firmware* dos equipamentos, prestado na sede do Tribunal;
- d. identificação de problemas diversos nos equipamentos;
- e. execução de aferições de desempenho, caso a equipe do Tribunal esteja julgando possível a existência de gargalos de desempenho no equipamento;
- d.1) os pedidos de aferição deverão ser tratados individualmente, a depender da demanda do Contratante e deverão ser fechados com relatório conclusivo sobre a performance do equipamento;
- f. os serviços de suporte deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos respectivos componentes da solução e deverão seguir os mesmos prazos, termos e condições da Subcláusula segunda desta Cláusula Doze.

Subcláusula quarta. A Contratada não será responsável:

- I. por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
- II. por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste contrato.

Subcláusula quinta. O Contratante não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

CLÁUSULA TREZE - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Contratante, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

- I. proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos representantes da Contratada às dependências do Contratante relacionadas à execução do contrato;
- II. promover os pagamentos dentro do prazo estipulado neste contrato;
- III. fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

CLÁUSULA QUATORZE – DA GARANTIA DO CONTRATO

Para segurança do Contratante quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a Contratada deverá optar, no montante de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia:



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho**

- I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II. seguro-garantia;
- III. fiança bancária.

Subcláusula primeira. A Contratada deverá providenciar a garantia contratual impreterivelmente em 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação para assinatura do contrato, sob pena de ser-lhe imputada.

Subcláusula segunda. É de inteira responsabilidade da Contratada a renovação da garantia prestada, quando couber, estando sua liberação condicionada ao término das obrigações contratuais.

CLÁUSULA QUINZE - DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA

No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o Contratante, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções administrativas:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Tribunal Superior do Trabalho;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Subcláusula primeira. O atraso injustificado na entrega ou na instalação implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor total.

Subcláusula segunda. Na hipótese mencionada na subcláusula anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* desta cláusula, como também a inexecução total do contrato.

Subcláusula terceira. No caso de descumprimento dos termos descritos nas Subcláusulas segunda e terceira da Cláusula Doze deste contrato, as seguintes sanções serão aplicadas:



| Ocorrência | Valor da multa (sobre o valor total do contrato) | Incidência |
|--|--|--------------------------------------|
| Atraso no atendimento inicial a chamados | 1 % | Por hora ou fração de hora de atraso |
| Atraso na solução de chamados urgentes | 1 % | Por hora ou fração de hora de atraso |
| Atraso na solução de chamados normais | 0,5 % | Por hora ou fração de hora de atraso |

Subcláusula quarta. No caso de atraso no cumprimento do prazo para apresentação da garantia contratual, assinalado na Subcláusula primeira da Cláusula Quatorze deste contrato, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total do contrato.

Subcláusula quinta. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia contratual ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

Subcláusula sexta. Aquele que ensejar o retardamento da execução do objeto contratual, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar sua execução, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e no edital e das demais cominações legais, conforme disposto no artigo 28 do Decreto n.º 5.450/2005.

Subcláusula sétima. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para a Contratada, na forma da lei.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

A Contratada declara, no ato de celebração deste contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.



CLÁUSULA DEZOITO - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

CLÁUSULA DEZENOVE - DA RESCISÃO

Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as consequências do artigo 80, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VINTE - DA UTILIZAÇÃO DO NOME DO CONTRATANTE

A Contratada não poderá, salvo em *curriculum vitae*, utilizar o nome do Contratante ou sua qualidade de Contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão deste contrato.

Subcláusula única. A Contratada não poderá, também, pronunciar-se em nome do Contratante à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como a sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

CLÁUSULA VINTE E UM - DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

Tal como prescrito na lei, o Contratante e a Contratada não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA VINTE E DOIS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Administração do Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

Subcláusula primeira. Para os casos previstos no *caput* desta cláusula, o Contratante poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

Subcláusula segunda. Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas disposições finais.



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho**

16

Subcláusula terceira. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

Subcláusula quarta. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução deste contrato, a Contratada fica desde já compelida a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

Subcláusula quinta. No curso do contrato, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.

Subcláusula sexta. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Brasília, DF, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam este termo em duas vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Brasília, de de .

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHA

Nome:

CPF:

TESTEMUNHA

Nome:

CPF:



ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

SOLUÇÃO DE ARMAZENAMENTO DE DADOS PARA INTEGRAÇÃO EM AMBIENTE SAN

ITEM 1 – CONTROLADORA “DUAL”

Características da Controladora:

1. Possuir 02 (duas) controladoras com todas as interfaces internas de, no mínimo, 4Gb/s e redundância total automática;
2. Possuir todas as conexões entre as controladoras e os discos *Fibre Channel*, de, no mínimo, 4Gb/s nativo;
3. Possuir memória cache espelhada de, no mínimo, 8GB, sendo que pelo menos 1GB de memória não-volátil (NVRAM). A memória deverá ser protegida por bateria com autonomia mínima de 48 (quarenta e oito) horas, ou, sistema com alguma funcionalidade de preservação de *cache* por 48 horas ou mais;
4. Possuir, no mínimo, 4 Interfaces externas para conexão à SAN (*front end*), com velocidade de, no mínimo, 4GB/s, padrão *Fibre Channel*, por controladora;
5. Deverá possuir, no mínimo, 02 (dois) ventiladores redundantes e *hot plug/swap*, sendo que todos os ventiladores suportados pelo equipamento deverão estar instalados e em pleno funcionamento;
6. Deverá possuir, no mínimo, 02 (duas) fontes de alimentação redundantes e baterias redundantes para a memória *cache* interna. As fontes e as baterias deverão ser do tipo *hot plug/swap*;
7. Deverá permitir conexão redundante entre os servidores e a unidade, com caminhos redundantes, passando por *switches* distintos, de forma transparente ao funcionamento dos servidores;
8. Deverá possuir redundância de todos os componentes internos de *hardware* de forma a não possuir um ponto único de falha que possa impedir o completo funcionamento do sistema;
9. Suportar, por *hardware*, os seguintes padrões:
 - 9.1. RAID1 ou VRAID1; e
 - 9.2. RAID3 ou VRAID CROSS; e
 - 9.3. RAID5 ou VRAID5; e
 - 9.4. Sistema de proteção por múltipla paridade que mantenha íntegros os dados armazenados no caso de falha de 2 discos no arranjo (RAID6 ou VRAID6);
10. Implementar detecção e recuperação automática de falhas;
11. Implementar reconstrução transparente do RAID sem necessidade de paradas, quaisquer que sejam;



12. Suportar o recurso de disco de espera, ou disco de espera distribuído, sem a necessidade de qualquer tipo de intervenção para que este disco seja colocado em operação para substituir qualquer outro disco defeituoso da controladora (on-line hot spare);
13. Possuir estrutura interna de acesso aos discos através de *loops Fibre Channel* redundantes;
14. Capacidade de expansão da quantidade de discos instalada a um total de, pelo menos, 216 discos, sem necessidade de instalação de outros componentes a não ser novos discos e gavetas de expansão;
15. Suporte às seguintes tecnologias de discos: *Fibre Channel*, SATA ou FATA e SSD (ou disco de estado sólido);
16. Permitir a instalação de discos com diferentes capacidades e tipos (FC ou SATA/FATA), não, necessariamente, na mesma gaveta;
17. Permitir pelo menos 1024 partições lógicas de armazenamento (LUNs);
18. Permitir a adição de capacidade de armazenamento e a expansão de volumes de forma dinâmica e sem qualquer parada do ambiente. Caso seja necessária a utilização de componentes de hardware e software externo para esta funcionalidade, eles deverão ser fornecidos como parte da solução, com as devidas licenças e garantias, sem ônus ao TST.
19. O equipamento deverá ser compatível com o *software de backup Tivoli Storage Manager* (TSM) da IBM;
20. Deverá suportar conexão direta aos servidores através do padrão *Fibre Channel-AL* (*Fibre Channel – Arbitrated Loop*) e suportar conexão à SAN (*Storage Area Network*) baseada em conectividade *Fibre Channel FC-SW* (*Fibre Channel – Swtiched Fabric*);
21. O equipamento ofertado deverá ser compatível com os sistemas operacionais *Red Hat Linux* e *Windows 2003/2008 Standard e Enterprise*.
22. O equipamento ofertado deverá possuir, no mínimo, 4 (quatro) portas iSCSI, por controladora, habilitadas e prontas para conexão à rede de dados do Tribunal.

Características do Software de gerenciamento:

23. O software de gerenciamento deverá permitir acesso via *web* pelos navegadores *MS Internet Explorer* e *Mozilla Firefox* ou através de um *software* cliente, instalado em estações *Linux* ou *Windows 2000/XP/Vista*. Em ambos os casos, a controladora deverá permitir ser gerenciada diretamente, sem a necessidade de se ter uma máquina exclusiva ou conectada diretamente à controladora para servir o acesso.
24. Caso a controladora necessite de um servidor ou máquina conectada a ela para prover o acesso, essa máquina deverá ser fornecida sem ônus para o TST como parte da solução (incluindo todas as licenças de software necessárias). Qualquer funcionalidade listada abaixo que seja implementada através de equipamento anexo implica que este equipamento deverá ser fornecido sem qualquer ônus ao TST, como parte da solução proposta.
25. O software deve ser único e integrar em um único ambiente recursos de monitoração, controle, gerenciamento e configuração do equipamento;



26. Deverá possuir sistema de verificação *on-line* dos parâmetros físicos do *hardware* (temperatura, alimentação, diagnóstico);
27. Deverá permitir visualização gráfica para gerenciamento, provisionamento, configuração, monitoração, análise de eventos e de desempenho, verificação de conectividade, visualização de dispositivos e mapeamento dinâmico de todas as variáveis do equipamento;
28. Deverá permitir o gerenciamento pró-ativo/alarmes em caso de falhas ou falhas iminentes de disco rígido, processador, memória, ventilador, baterias e fonte de alimentação;
29. Deverá enviar mensagens eletrônicas ao administrador em caso de falhas ou de falhas iminentes do sistema;
30. Deverá permitir a implementação de restrições de acesso a determinado volume para um servidor ou conjunto de servidores;
31. Deverá permitir a associação de um volume ou conjunto de volumes a um servidor ou grupo de servidores específicos;
32. Deverá possuir compatibilidade com o padrão SMI-S 1.2;
33. Possuir capacidade de gerar diagnósticos "on-line";
34. Possuir capacidade de *debug* no equipamento;
35. Possuir estatísticas de utilização e erros, por discos e volumes;
36. Possuir recurso de monitoramento de uso e performance de todo o equipamento. Deve permitir acessar o histórico dos últimos seis meses ou mais.
37. Possibilitar a geração de relatórios de uso e performance do equipamento, discos, gavetas e arrays de discos. Deve ser possível acessar o histórico dos últimos seis meses ou mais (de acordo com coleta pré-especificada).
38. Implementar SNMP e SSH ou HTTPS; para acesso seguro;
39. Implementar Call Home para que o equipamento informe via e-mail ou linha telefônica sobre eventos e alarmes relativos ao equipamento para o fabricante;

Recursos Adicionais:

40. O equipamento deverá possuir recursos licenciados e habilitados de cópia instantânea dos dados, possibilitando que um volume (ou LUN) seja instantaneamente replicado para uma nova área no mesmo equipamento (recurso comumente chamado de *snapshot* ou *Flash Copy*);
 - 40.1. O equipamento deverá permitir a criação de cópias *point-in-time* Clone e SNAPS;
 - 40.2. A implementação das cópias deverá ser efetuada atendendo os seguintes modelos (ambos):
 - 40.2.1. Por *snap* – cópia por ponteiros e movimentação de dados;
 - 40.2.2. Por clone – cópia física do volume
 - 40.3. A geração do *snap* deve ocorrer sem a interrupção ou suspensão das atividades de leitura e escrita no volume;



- 40.4. Deverá estar licenciadas para toda capacidade do subsistema de armazenamento;
- 40.5. Caso seja necessária a utilização de componentes de hardware e software externo para esta funcionalidade, eles deverão ser fornecidos como parte da solução com as devidas licenças e garantia sem ônus ao TST.
41. A solução ofertada deverá possuir recurso de *thin provisioning* (ou *virtual provisioning*) e este recurso deverá ser licenciado para todo o volume do equipamento. Caso seja necessária a utilização de componentes de *hardware* e *software* externo para esta funcionalidade, eles deverão ser fornecidos como parte da solução, com as devidas licenças e garantias, sem ônus ao TST.
42. O equipamento deverá ser capaz de replicar síncrona e assincronamente todos os dados de um volume (ou LUN) específico para outro equipamento do mesmo fabricante e mesma série, sem a necessidade de qualquer tipo de licenciamento adicional;
- 42.1. Estas funcionalidades deverão estar licenciadas para toda capacidade do subsistema de armazenamento.
- 42.2. Esta replicação deverá ser realizada em ambiente *Fibre Channel*;
- 42.3. Caso seja necessária a utilização de componentes de *hardware* ou *software* externo para esta funcionalidade, eles deverão ser fornecidos como parte da solução com as devidas licenças e garantia sem ônus ao TST.
43. O fabricante deverá ser participante do *SNIA* (*Storage Networking Industry Association*) por meio de comprovação no site www.snia.org/member_com/member_directory/, na qualidade de "Vendor Large (Voting)";

ITEM 2 – RACK PARA UNIDADE DE ARMAZENAMENTO

Características do Rack:

1. Rack utilizado para armazenamento do equipamento adquirido;
2. Deve possuir 40U de altura, no mínimo;
3. Padrão EIA de 19 polegadas;
4. Porta frontal e traseira, ambas com ventilação, sendo que a porta frontal poderá ser dispensada caso o equipamento possua controle de acesso nele próprio.
5. Possuir laterais fechadas (com tela ou chapa);
6. Possuir conjunto de réguas de alimentação com capacidade suficiente para atender a toda configuração do *Rack* (*rack* completo) em dois circuitos independentes que permitam a conexão de duas fontes de energia independentes;
7. Deve possuir uma arquitetura que possibilite que apenas a ventilação dos equipamentos seja suficiente para refrigerar o gabinete;
8. Deve possuir conjunto de rodízios que suportem o peso do *rack* com a composição completa;
9. O *Rack* deve ser original do fabricante fornecedor da solução de *storage* e será utilizado somente para este fim.



ITEM 3 – GAVETA DE EXPANSÃO PARA UNIDADE DE ARMAZENAMENTO

Características das gavetas de expansão:

1. Possuir estrutura interna de acesso aos discos através de *loops Fibre Channel* redundantes, acessados através de duas controladoras;
2. Possuir fontes de alimentação redundantes, *hot plug/swap*;
3. Possuir ventiladores redundantes, *hot plug/swap*;
4. Possuir capacidade mínima de 12 discos, *hot plug/swap*;
5. Interfaces *Fibre Channel* com velocidade de 4 Gbps para conexão aos discos e à controladora;
6. Deve ser própria para discos *Fibre Channel*;
7. Deve permitir a instalação de discos de diferentes capacidades na mesma gaveta;
8. Ser compatível com *Rack* padrão EIA 19 polegadas;
9. Possuir altura máxima de 3U;

ITEM 4 - DISCOS COM CAPACIDADE DE 450 GB FC 15.000 RPM

Características dos discos:

1. Discos com capacidade de armazenamento de, no mínimo, 450 GB sem compressão;
2. Velocidade mínima de rotação de 15.000 RPM;
3. Padrão *Fibre Channel* 4 Gbps *full duplex* nativo;
4. Devem ser *hot plug/swap*, possibilitando que a troca de discos, quando necessária, seja feita sem a parada do equipamento.

ITEM 5 - DISCOS COM CAPACIDADE DE 1TB SATA (OU FATA) 7.200 RPM

Características dos discos:

1. Discos com capacidade de armazenamento de, no mínimo, 1 TB sem compressão;
2. Velocidade mínima de rotação de 7.200 RPM;
3. Padrão SATA II ou FATA;
4. Devem ser *hot plug/swap*, possibilitando que a troca de discos, quando necessária, seja feita sem a parada do equipamento.



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho**

22

**ANEXO II
LOCAIS DE ENTREGA**

| TRIBUNAL | UF | ENDEREÇO DA SEDE REGIONAL |
|------------|----|---|
| TST | DF | SAFS, Quadra 08, lote 01, Bloco A, Trecho 1, sala 228 Brasília-DF, CEP 70.070-600 |
| 1ª Região | RJ | Av. Presidente Antônio Carlos, 251 - Castelo Rio de Janeiro-RJ, CEP 20020-010 |
| 2ª Região | SP | Rua da Consolação, 1272 São Paulo - SP, CEP 01.302-906 |
| 3ª Região | MG | Av. Getúlio Vargas, 225 - Bairro Funcionários - Belo Horizonte - MG, CEP 30112-900 |
| 4ª Região | RS | Av. Praia de Belas, 1100 - Praia de Belas - Porto Alegre - RS, CEP 90110-903 |
| 5ª Região | BA | Ed. Sede Do TRT - Fórum Ministro Carlos Coqueijo Costa: Rua Bela Vista do Cabral, 121 - Nazaré, Salvador-BA, CEP 40055-000 |
| 6ª Região | PE | Av. Cais do Apolo, 739 Recife-PE, CEP 50.030-902 |
| 7ª Região | CE | Av. Santos Dumont, 3384 - Aldeota - Fortaleza - CE, CEP 60150-162 |
| 8ª Região | PA | Av. D. Pedro I, 746, Umarizal Belém-PA, CEP 66.050-100 |
| 9ª Região | PR | Av. Vicente Machado nº 400 - Centro - Curitiba-PR, CEP 80420-010. |
| 10ª Região | DF | Av. W3 Norte, Quadra 513, Bloco "B", Lotes 2/3 - Brasília-DF, CEP: 70.760-900. |
| 11ª Região | AM | Rua Visconde de Porto Alegre, 1.265, bairro Praça 14 de Janeiro - Manaus/AM, CEP 69.020-130. |
| 12ª Região | SC | Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - SC - Rua Esteves Júnior, 395 - Centro - Florianópolis/SC, CEP 88015-905. |
| 13ª Região | PB | Rua Corálio Soares de Oliveira, s/n - Centro - João Pessoa - PB, CEP 58013-260. |
| 14ª Região | RO | Rua Almirante Barroso, 600, Centro - Porto Velho-RO, CEP 78.916-020. |
| 15ª Região | CP | Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Rua Barão de Jaguará, 901 Centro - Campinas - SP, CEP 13015-001. |
| 16ª Região | MA | Av. Senador Vitorino Freire, 2001 - Bairro Areinha - São Luís - MA, CEP 65030-015. |
| 17ª Região | ES | Rua Pietrângelo de Biase, 33 Vitória-ES, CEP 29.010-190. |
| 18ª Região | GO | Av. T-1 esq. c/ Rua Oreste Ribeiro (antiga T-52), Lts. 1 a 3, 23 e 24, Qd. T-22 - Setor Bueno - Goiânia-GO, CEP 74.210-025. |
| 19ª Região | AL | Fórum Pontes de Miranda - Avenida da Paz, 2076 - Centro - Maceió/AL, CEP 57020-440. |
| 20ª Região | SE | Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, s/nº - Centro Adm. Gov. Augusto Franco - Bairro Capucho Aracaju/SE, CEP 49080-190. |
| 21ª Região | RN | Av. Capitão Mor-Gouveia, 1738 Lagoa Nova - Natal/RN, CEP 59063-400. |
| 22ª Região | PI | Rua 24 de Janeiro, 181/ Norte - Teresina/PI, CEP 64.000-921. |
| 23ª Região | MT | Av. Historiador Rubens de Mendonça, 3355 - Centro Político e Administrativo - Cuiabá/MT, CEP 78050-955. |
| 24ª Região | MS | Rua Jomalista Belizário Lima, 418 - Vila Santa Dorothéia - Campo Grande/MS, CEP 79.004-912. |



**TERMO DE GARANTIA CONTRATUAL
ANEXO III DO CONTRATO PE-095/2010
(PROCESSO N.º 501.584/2010-0)**

1 – DA GARANTIA

1.1. A NOME DA EMPRESA, doravante denominada Concedente, garante os produtos por ela fabricados e/ou fornecidos, pelo período de 36 meses, incluída a garantia legal, contados a partir do recebimento definitivo do objeto do contrato.

1.2. Os 3 (três) primeiros meses compreendem a garantia legal, e os outros 33 (trinta e três) meses, compõem a garantia contratual, que é complementar àquela.

1.3. A garantia compreende a substituição dos produtos e a mão-de-obra no reparo de defeitos de fabricação.

1.4. Somente um técnico autorizado pela Concedente está habilitado a reparar defeitos cobertos pela garantia, mediante apresentação da nota fiscal pelo usuário do produto.

2 - DA GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO

2.1. A Concedente deverá prestar serviços de garantia, na forma e nos prazos a seguir estipulados:

2.1.1. durante o período de garantia a Concedente deverá fornecer as atualizações e correções do *software* de administração da solução, caso se aplique, atualizações e correções de microcódigo, atualizações de *firmware* e realizar diagnósticos da solução, sempre que solicitado pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST;

2.1.1.1 o TST poderá solicitar manutenções preventivas, onde deverão ser avaliadas as versões dos códigos internos (microcódigo e *firmware*) e a sua atualização, bem como verificar se o dispositivo está atendendo às expectativas de desempenho ou apresentando qualquer restrição (gargalo).

2.1.1.2. esses pedidos deverão ser sempre encaminhados à Concedente, como parte da garantia, e executados em horário estabelecido pelo Tribunal, observando os prazos para início e conclusão do atendimento de suporte técnico, independente da identificação de qualquer problema.

2.1.2 os serviços de garantia serão solicitados mediante a abertura de chamado via chamada telefônica local ou gratuita, ao fabricante ou à empresa autorizada, devendo o serviço estar disponível em tempo integral (24x7x365);

2.1.3. os componentes danificados que impeçam a operação de qualquer equipamento/parte da solução deverão ser substituídos, entregues, instalados e configurados, de modo a deixar o equipamento em perfeitas condições de uso e com todas as funcionalidades de disponibilidade e redundância operacionais, no prazo máximo de seis horas, contadas a partir da abertura do chamado, sem qualquer ônus para o Tribunal;



- 2.1.4. os componentes redundantes danificados, que não impeçam a operação do sistema, deverão ser substituídos, entregues, instalados e configurados, de modo a deixar o equipamento em perfeitas condições de uso e com todas as funcionalidades de alta disponibilidade e redundância operacionais, no prazo máximo de quarenta e oito horas, contadas a partir da abertura do chamado, sem qualquer ônus para o Tribunal;
 - 2.1.5. caberá aos técnicos do fabricante ou da Concedente identificar os componentes de *software* e/ou *hardware* responsáveis pelo mau funcionamento do sistema;
 - 2.1.6. os serviços serão solicitados mediante a abertura de chamados junto a Concedente, onde serão informadas a categoria do chamado (urgente ou normal) e a forma de atendimento (remoto ou local);
 - 2.1.7. o atendimento inicial aos chamados deverá ocorrer no prazo máximo de duas horas, contadas a partir da abertura do chamado (incluindo-se todas as 24 horas do dia);
 - 2.1.8. as peças, partes de peças, componentes e outros materiais necessários, devem ser originais, admitindo-se substituição por similar de boa qualidade, apenas quando a Concedente justificar por escrito, prévia, fundamentada e aceita pelo TST;
 - 2.1.9. o TST poderá exigir da Concedente a comprovação da procedência original de peças, partes de peças, componentes e outros materiais necessários, inclusive através de Notas Fiscais;
 - 2.1.10. a Concedente deverá substituir temporariamente, por outros idênticos ou superiores de sua propriedade, os equipamentos cuja execução dos reparos demore além dos tempos máximos convencionados, determinados no item 2.1;
 - 2.1.10.1. a substituição referida deverá ocorrer imediatamente após o técnico detectar que o reparo excederá o prazo estabelecido;
 - 2.1.11. no final do atendimento, o técnico da Concedente deverá elaborar um relatório onde conste o problema causador do chamado, a solução encontrada, as pendências, a data e hora do chamado, do início e do fim do atendimento;
 - 2.1.11.1. esse relatório deve ter a concordância e assinatura de um técnico do Tribunal e deverá ser arquivado pela Concedente e pelo Tribunal;
- 2.2. A Concedente deverá prestar o serviço de suporte técnico, como parte da garantia, destinado a:**
- 2.2.1. esclarecimento de dúvidas sobre a configuração e a utilização dos produtos, prestado remotamente;
 - 2.2.2. instalação, identificação e solução de problemas de *firmware* dos equipamentos, prestado na sede do Tribunal;
 - 2.2.3. identificação de problemas diversos nos equipamentos;
 - 2.2.4. execução de aferições de desempenho, caso a equipe do Tribunal esteja julgando possível a existência de gargalos de desempenho no equipamento;
 - 2.2.4.1 os pedidos de aferição deverão ser tratados individualmente, a depender da demanda do TST e deverão ser fechados com relatório conclusivo sobre a performance do equipamento;
 - 2.2.5. os serviços de suporte deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos respectivos componentes da solução e deverão seguir os mesmos prazos, termos e condições do item 2.1.



2.4. Caso o atendimento do chamado e/ou a execução do serviço de manutenção não sejam realizados dentro do prazo, a Concedente ficará sujeita à multa estabelecida no edital da licitação correspondente, bem como no item 5 deste Termo.

2.5. A Concedente garante a existência de peças e componentes para reposição durante o período de garantia.

3 - AS GARANTIAS LEGAL E/OU CONTRATUAL NÃO COBREM:

3.1. Falhas no funcionamento do produto decorrentes de uso inadequado, ou seja, em desacordo com as instruções e/ou recomendações do manual de instrução do produto;

3.2. Produtos ou peças que tenham sido danificados em consequência de remoção ou manuseio por pessoas não autorizadas, ou de fatos decorrentes de forças da natureza, tais como raios, chuvas, inundações etc;

3.3. Peças sujeitas ao desgaste natural, descartáveis ou consumíveis, peças móveis ou removíveis em uso normal, bem como a mão-de-obra utilizada na aplicação das peças e as consequências advindas dessas ocorrências.

4 - AS GARANTIAS LEGAL E/OU CONTRATUAL FICAM AUTOMATICAMENTE INVALIDADAS SE:

4.1. Na utilização do produto não forem observadas as especificações e recomendações do manual de instrução;

4.2. O produto tiver sofrido alterações ou modificações estéticas e/ou funcionais, bem como tiver sido realizado conserto por pessoas ou entidades não credenciadas pela Concedente;

4.3. Os defeitos forem provocados pela utilização de material ou peças fora das especificações.

5 – SANÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES DE GARANTIA

5.1. No caso de descumprimento dos termos descritos nos itens 2.1. e 2.2 deste termo de garantia, as seguintes sanções serão aplicadas:

| Ocorrência | Valor da multa (sobre o valor total do contrato) | Incidência |
|--|---|--------------------------------------|
| Atraso no atendimento inicial a chamados | 1 % | Por hora ou fração de hora de atraso |
| Atraso na solução de chamados urgentes | 1 % | Por hora ou fração de hora de atraso |
| Atraso na solução de chamados normais | 0,5 % | Por hora ou fração de hora de atraso |